

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## POBREZA E DESIGUALDADES NO ACESSO À SAÚDE: reflexões a partir do modo de produção capitalista

Ana Carolina Fonseca Antunes<sup>1</sup>  
Elisângela Maia Pessôa<sup>2</sup>  
Rosilaine Coradini Guilherme<sup>3</sup>

### RESUMO

A pesquisa realizada objetivou correlacionar a pobreza enquanto determinante no acesso à saúde, a fim de dar visibilidade às desigualdades do sistema de proteção social brasileiro. Foi realizada pesquisa com enfoque qualitativo, a partir do mapeamento de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos sobre o tema. Usou-se da técnica de observação com aplicação de roteiro norteador de pesquisa. Optou-se pela análise de conteúdo, sendo a realidade investigada a partir do método dialético crítico. Em termos de resultado, evidenciou-se a precariedade na garantia dos direitos fundamentais dentro do modo de produção capitalista, que gera cotidianamente o sucateamento da saúde pública, impactando a população e dificultando o acesso a bens e serviços. A pobreza é intensificada a cada nova medida de austeridade implantada dentro desse sistema, que prima pelo lucro, gerando altos índices de desigualdade, ocasionando a perda de direitos e ineficácia das políticas de proteção social.

**Palavras-chave:** Pobreza; Saúde; Desigualdade; Proteção Social

### ABSTRACT

The research carried out aimed to correlate poverty as a determinant of access to health, in order to give visibility to the inequalities of the Brazilian social protection system. Research was carried out with a qualitative approach, based on the mapping of scientific articles published in the last five years on the subject. The observation technique was used with the application of a guiding research script. We opted for content analysis, with reality being investigated from the critical dialectical method. In terms of results, the precariousness of guaranteeing fundamental rights within the capitalist mode of production was evidenced, which daily generates the scrapping of public health, impacting the population and making access to goods and services difficult. Poverty is intensified with each new austerity measure implemented within this system, which strives for profit, generating high levels of inequality, causing the loss of rights and ineffectiveness of social protection policies.

**Keywords:** Poverty; Health; Inequality; Social Protection.

<sup>1</sup>Discente do 7º semestre do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. E-mail: anacfa2.aluno@unipampa.edu.br

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja-RS. Pós-doutorado em Antropologia (UFPB); Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUCRS). E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS. Doutorado em Serviço Social (PUCRS). Mestrado em Política Social (UCPel). E-mail: rosilainejulherme@unipampa.edu.br

PROMOÇÃO

APOIO



## 1 INTRODUÇÃO

Para além da ausência de recursos materiais, a pobreza constitui uma expressão da questão social, entendida como produto do conflito entre capital e trabalho. Esse conflito traduz consequências expressas em desigualdades na distribuição das riquezas existentes, para além da insuficiência de renda, já que também envolve o acesso a serviços básicos, como educação, saneamento básico e saúde (YASBEK, 2012).

A autora supracitada refere que a Constituição Federal (1988) e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993) estabeleceram no Brasil uma nova matriz para a política de assistência social, buscando expandi-la em todo território nacional a ponto de chegar a toda população que dela necessitar, visto que é uma política pública de direito de todo/a cidadão/ã. A inserção da assistência social como parte do tripé da Seguridade Social, juntamente com a saúde e a previdência, evidencia seu caráter de proteção social, ligada ao enfrentamento da pobreza e garantia dos direitos e boas condições de vida para todos (YASBEK, 2012).

Já, a saúde, na análise de Sposati (2013), é compreendida como política pública de direitos e operante no Sistema Único de Saúde - SUS, intervém por meio de serviços que abrangem todo o ciclo de vida humano. As intervenções no âmbito de atendimento dos serviços de saúde são fundamentais quando garantem escutas qualificadas, acolhidas, cuidados e orientações para quem necessitar. Porém, atualmente, percebe-se o estabelecimento de prioridades quanto à situação no qual se encontram os/as usuários/as, fato comprovado pela criação de filas de espera, que geram morosidade no alcance de atendimentos no âmbito da saúde pública (SPOSATI, 2013).

No intuito de aprofundar os conceitos introduzidos acima, o artigo em tela, fundamenta-se em pesquisa realizada durante os anos de 2022 e 2023, sendo essa de natureza qualitativa. Objetivou-se correlacionar a pobreza enquanto determinante no acesso à saúde, a fim de dar visibilidade às desigualdades do sistema de proteção social brasileiro. Para tanto, a pesquisa realizada buscou compreender a realidade do universo estudado, utilizando-se do método materialista histórico-dialético, composto pelas categorias da totalidade, historicidade e contradição.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Com o objetivo de problematizar questões que envolvem as categorias pobreza e saúde, utilizou-se coleta de dados de tipo bibliográfica, que utiliza fundamentalmente a contribuição de diversos autores sobre assuntos específicos, formada principalmente por livros e artigos científicos (GIL, 2002). Para isso, a pesquisa incluiu a análise de artigos científicos de diversas áreas do conhecimento, publicados nos últimos cinco anos com o idioma em português. Enquanto critérios de exclusão, não foram analisados artigos de tipo quantitativos, além de estudos que não contribuíram com os objetivos propostos pela pesquisa. As obras mapeadas foram selecionadas a partir da plataforma SciELO, totalizando onze artigos científicos de áreas da saúde, serviço social e bioética.

A técnica escolhida para a coleta de dados foi a observação, que utiliza os sentidos para compreender a realidade, bem como examina os fatos e fenômenos estudados (MARCONI; LAKATOS, 2007). A observação foi estruturada, buscando responder os propósitos da pesquisa, realizada através da análise dos materiais bibliográficos. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um roteiro norteador, sendo que por meio de perguntas buscou-se cumprir com objetivo da pesquisa.

A amostra bibliográfica foi de tipo intencional, visto que o foco voltou-se para a discussão entre a incidência da pobreza em questões de saúde da população no modo de produção capitalista. Pois, na amostra intencional, o interesse do pesquisador é em conhecer a opinião, ação e intenção de determinados grupos da população, mas não representantes dela (MARCONI; LAKATOS, 2007).

A análise dos conteúdos resgatados com a pesquisa foi procedida por meio da pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. De acordo com Bardin (2009), a pré-análise consiste na fase de organização, onde as ideias são sistematizadas para conduzir um esquema preciso do desenvolvimento do estudo num plano de análise. A exploração do material constitui-se na aplicação sistemática das decisões realizadas e a interpretação dos resultados, depois de ter a disposição os resultados da pesquisa, torna possível propor interpretações a respeito dos objetivos previstos (BARDIN, 2009).

Apresenta-se para esse artigo um único tópico de discussão, sendo que os resultados da pesquisa bibliográfica que motivaram a análise abaixo, centram-se em

PROMOÇÃO





6 (seis) artigos selecionados que atendiam a centralidade da presente discussão. Foram analisados os conceitos considerando a perspectiva de diferentes autores/as, bem como seus entendimentos sobre os reflexos da pobreza no acesso aos serviços de proteção social, com foco na saúde, a partir do modo de produção capitalista.

## 2 POBREZA E O ACESSO A SAÚDE: EM PAUTA AS DESIGUALDADES DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A pobreza, na análise de Santos (2020), pode ser definida como a privação de bens necessários para a sobrevivência humana, principalmente no tocante aos direitos fundamentais dos cidadãos, como a liberdade, educação, moradia e saúde. A negação desses direitos implica na redução da qualidade de vida, fazendo com que cresça a desigualdade social e, de modo consequente, o abismo entre as classes sociais, sendo que a exclusão dos menos favorecidos repercute em diversos setores da sociedade, como na saúde (SANTOS, 2020).

Os conceitos de pobreza e saúde, por vezes, aparecem interligados quando se pretende investigar os efeitos da pobreza na vida da população. Conforme Pitombeira e Oliveira (2020), nos países em que grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza, o acesso a serviços de saúde tende a decair simultaneamente. Além disso, enquanto houver falta de políticas públicas eficazes em relação a diminuição da pobreza, mais problemas de saúde poderão afetar a população nos próximos anos (PAES-SOUSA; RASELLA; CAREPA-SOUSA, 2018).

Considerando os preceitos constitucionais contidos no Art. 196, cabe ao Estado o papel de garantidor da saúde como direito, por meio de “políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Com isso, explicita-se a conquista da sociedade brasileira no acesso à saúde, considerando a necessidade urgente do Estado em oferecer aos/as cidadãos/ãs condições adequadas de bem estar físico, mental e social (PITOMBEIRA; OLIVEIRA, 2020).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Conforme Lazarini e Sodré (2019, p. 2), torna-se necessário situar a saúde no âmbito do “jogo de interesses e contradi es no qual está inserida”. A participa o dos indivíduos na sociedade política se d  por meio da sua inser o como cidadão/  e, ao considerar a saúde como um direito, deveria respeitar-se a condi o de cidadania de cada um (LAZARINI; SODRÉ, 2019).

As imposi es que vêm sendo feitas pelo modo de produ o capitalista aos países em desenvolvimento, como   o caso do Brasil, visam flexibilizar a estrutura o das políticas sociais - mediante redu o de orçamento público para seu financiamento - tendo por consequência graves ameaças   conquistas importantes como as do Sistema  nico de Saúde – SUS (LAZARINI; SODRÉ, 2019). No atual contexto de predominância do pensamento neoliberal, a saúde   compreendida como mérito individual e não como direito social, sendo que cada cidadão/    responsável pelo seu bem-estar, privilegiando a produ o capitalista pois, nesse ponto de vista, a interven o do Estado não   necessária (LAZARINI; SODRÉ, 2019).

Sob esse ponto de vista, há a opinião de que a no o de Estado mínimo adotada pelos neoliberais cria estratégias que visam alcançar os interesses da hegemonia burguesa, ocasionando a perda de direitos para a classe trabalhadora, gerando a perda de inúmeros direitos sociais, cortes em programas públicos e aumento da privatiza o dos serviços. Com esse processo de perda de direitos e sucateamento das políticas sociais, o foco da interven o pelo Estado acaba tendo maior força na extrema pobreza (LAZARINI; SODRÉ, 2019).

Com a financeiriza o do campo econ mico, os recursos do fundo público estão cada vez mais disputados. Pois, apesar de grande parte desses recursos terem origem nos impostos e taxas pagos pela popula o, muitas vezes são usados para pagamentos dos juros da d vida pública. Esse, gera aumento das despesas do orçamento estatal, prejudicando, por exemplo, a manuten o das políticas sociais (LAZARINI; SODRÉ, 2019).

Num contexto de crises na economia e democratiza o brasileira, a promulga o da Constitui o Federal de 1988 configura marco importante na amplia o dos direitos sociais, instituindo a Seguridade Social, que abrange em seu tripé a assistência social, a saúde e a previdência. Além disso, foi a partir deste marco

PROMO O



APOIO

que houve a instituição do SUS como caráter universal, bem como serviços de renda mínima para os segmentos mais vulneráveis da população (MORAES; PITTHAN; MACHADO, 2018).

Foi com a criação do orçamento da Seguridade Social que ocorreram mudanças significativas no modelo de financiamento, visto que abarcou parte do fundo público, algo importante para a efetivação dessas políticas. Porém, a lógica capitalista visa forçar o aumento das despesas com os juros das dívidas dos Estados, pois assim a classe hegemônica se apropria de parte do fundo público por meio dos títulos do tesouro do governo, o que compromete o orçamento federal (LAZARINI; SODRÉ, 2019).

Cabe ponderação de que muitos direitos da classe trabalhadora são vistos, na atual conjuntura, como custo e não como garantia de cidadania à população. Tem-se como exemplo o direito à saúde, que é tratado pelo ideário neoliberal como bem de consumo, sendo o mercado responsável pela oferta de serviços, desviando o foco da saúde como direito universal (LAZARINI; SODRÉ, 2019).

Esse pensamento se torna contraditório quando se leva em consideração que as pessoas que vivem na pobreza não possuem condições financeiras para arcarem com os custos de sua própria subsistência, tendo a privação de inúmeros recursos, tanto materiais, como imateriais (SANTOS, 2020). Para esse público, se torna extremamente difícil a procura por serviços de saúde, tendo em vista que precisam reduzir ao máximo os custos diários de sobrevivência, não sendo possível o pagamento de medicamentos, exames ou tratamentos, que por vezes não são disponibilizados pelo SUS (PAES-SOUSA; RASELLA; CAREPA-SOUSA, 2018).

Com isso, a saúde é cada vez menos pensada em conjunto com estratégias de combate à pobreza, o que gera a redução da perspectiva da universalidade, um dos principais princípios do SUS, focando para a geração de riquezas, o sucateamento do sistema público e, por consequência, deixando a população que vive na pobreza com dificuldades de acesso (LAZARINI; SODRÉ, 2019). Nesse sentido, não se levam em conta os determinantes da pobreza que levam ao acirramento de fragilidades no âmbito da saúde integral.

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Pitthan e Machado (2018), apontam os programas de transferência de renda existentes em países de renda média e baixa como grande contribuição na garantia de melhores condições de saúde à população. Esses incidem no aumento do uso de serviços preventivos e da cobertura de imunização, bem como no incentivo a práticas saudáveis.

Porém, o SUS, reconhecido historicamente como uma vitória à garantia de direitos da classe trabalhadora, por ter em seus pilares democráticos a universalidade, equidade e integralidade, é colocado em xeque desde sua criação com as tensões postas pelo ideário neoliberal. Assim, ao mesmo tempo em que foram abertas portas para o acesso da população ao sistema de saúde de forma gratuita no país, a materialidade desse sistema colide com um vasto mercado de empresas que ofertam planos de saúde privados (LAZARINI; SODRÉ, 2019).

Segundo Mattei (2019), o acesso a sistemas de proteção social teve início com a adoção de medidas voltadas para o enfrentamento da pobreza. Com o pós segunda guerra mundial, no contexto europeu, abriu-se o campo para a implementação da universalização dos serviços sociais, salientando a ideia de que a proteção social é um direito dos cidadãos e deve garantir serviços públicos de qualidade (MATTEI, 2019).

Por sua vez, a desigualdade social é um fator muito presente na ordem socioeconômica latino-americana. Fato que acabou fazendo com que a proteção social se voltasse para as parcelas da população “melhores organizadas” e com maior poder aquisitivo, aprofundando ainda mais o desequilíbrio de direitos entre as classes societárias (MATTEI, 2019).

No Brasil, conforme Mattei (2019), a década de 1990 foi duramente marcada pela crise econômica, principalmente pelo clientelismo e pelas altas taxas de corrupção. Esses fatores impactam na efetivação das políticas sociais até o final do século XX, gerando altos índices de pobreza, mesmo após as conquistas advindas da Constituição de 1988. Através da disseminação do pensamento neoliberal, foram criadas barreiras para o cumprimento dos direitos e políticas sociais garantidas pelo marco constitucional, adiando, principalmente a população excluída socialmente, de obter condições mínimas para uma boa qualidade de vida.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Mesmo após décadas da promulgação da Constituição Federal de 1988, o país continua sendo alvo de pensamentos conservadores que naturalizam a pobreza. Além disso, o povo brasileiro sofre com os retrocessos relacionados a perda de direitos, como a Emenda Constituição nº 95, pensada pelo governo Temer e aprovada pelo Congresso Nacional em 2016, sendo:

[...] o maior exemplo de regressão social, uma vez que congela os gastos primários do governo (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, defesa nacional etc.) por um período de vinte anos, o que significa, na prática, o adeus ao desenvolvimento social do País (MATTEI, 2019, p. 63).

Países que oferecem à população sistemas de proteção social universais, como o Brasil, acabam ficando frágeis no que se refere a viabilização das políticas sociais, em razão dessa atuação do capital que incide em ajustes restritivos nos gastos sociais pela esfera estatal. O direito à saúde, por vezes, já foi ameaçado no que tange a garantia do princípio da universalidade, um exemplo disso foi a criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que teve a renovação aprovada pelo Congresso Nacional até 2023, tendo como objetivo “promover a retirada de 20% dos recursos do Orçamento da Seguridade Social, a fim de manter o superávit primário, de modo a garantir o pagamento de juros da dívida pública” (LAZARINI; SODRÉ, 2019, p. 7).

Logo, o Sistema Único de Saúde, maior sistema público e universal de saúde do mundo, se encontra ameaçado com o avanço das políticas conservadoras que visam o lucro acima de qualquer direito, pensando a saúde como mercadoria. Isso faz com que se enxugue os recursos destinados ao setor, criando restrições para sua efetivação, mesmo após tantos anos de avanços no Brasil. A ideia de privatização dos sistemas públicos está sendo cada vez mais disseminada na sociedade brasileira, ocasionando duras ameaças ao SUS, que sofre com esses ataques ao longo de todos os seus anos de existência (LAZARINI; SODRÉ, 2019).

Com relação a estratégias de combate à pobreza, o Brasil conta com um importante aliado, o Programa Bolsa Família – PBF. Formado por três pilares principais: transferência de renda, programas complementares e condicionalidades. A transferência direta de renda objetiva suprir com alívio imediato da pobreza, auxiliando

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

nas demandas mais urgentes das famílias. Os programas complementares são utilizados como meios de criação de oportunidades para melhoria da qualidade de vida das famílias, podendo superar as dificuldades e diminuir a vulnerabilidade. As condicionalidades propõem auxiliar na quebra do ciclo intergeracional da pobreza por meio do reforço aos direitos de saúde e educação (MORAES; PITTHAN; MACHADO, 2018).

Porém, apesar destas e outras mudanças significativas e avanços quanto à garantia dos direitos sociais, o país segue enfrentando sérias dificuldades quanto a possíveis articulações entre as esferas econômica, política e social. Essas articulações deveriam combater os pensamentos e práticas que dificultam os processos garantidores de direitos e desarticulam o sistema de proteção social (MATTEI, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises, acima apontadas, destaca-se a urgência de ampliação de políticas voltadas ao enfrentamento da pobreza, considerando que esse fator vai muito além da ausência de renda, impactando a vida da população em diversos setores, principalmente na qualidade de vida - apontada pelos artigos analisados - como fator diretamente ligado à saúde. São notórias as tentativas de destruição dos serviços públicos em geral e, no tocante à saúde, os impactos são significativos, principalmente para a população que vive na pobreza, sendo essa entendida para além da ausência ou insuficiência de renda monetária - considerando a sua multidimensionalidade.

Conclui-se, ainda, que de fato as mais diversas desigualdades que levam a pobreza - geradas pelo modo de produção capitalista -, interferem de forma intensa no acesso e atendimento às necessidades de saúde em uma perspectiva integral. Dessa forma, persiste a necessidade da garantia dos direitos fundamentais aos/as usuários/as e principalmente, que haja a possibilidade de acesso às políticas sociais, pois, não basta que existam, é necessário que a população possa utilizá-las. Porém, são grandes os empecilhos para o acesso aos direitos e respectivas políticas de proteção social no modo de produção capitalista, já que essas são transformadas em

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

mercadorias voltadas à obtenção de lucro e enxugamento dos direitos da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 28/04/23.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.  
MATTEI, Lauro Francisco. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. **Rev. katálysis**. Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 57-65, jan./abr. 2019

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Verena Duarte de; PITTHAN, Rachel Guimarães Vieira; MACHADO, Cristiani Vieira. Programas de Transferência de Renda com Condicionalidades: Brasil e México em perspectiva comparada. **Saúde em Debate**. 2018, v. 42, n. 117. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811702>. Acesso em: 22/04/23.

Lazarini WS; Sodré F. O SUS e as políticas sociais: Desafios contemporâneos para a aten o primária   saúde. **Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade**. 2019, v. 14, n. 41. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1904](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1904). Acesso em: 22/04/23.

PAES-SOUSA, R mulo; RASELLA, Davide e CAREPA-SOUSA, Julio. Política econ mica e saúde pública: equilíbrio fiscal e bem-estar da popula o. **Saúde em Debate** [online]. 2018, v. 42, n. spe3 pp. 172-182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S313>. Acesso em 17/06/22.

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implica es na aten o primária. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, n. 5, pp. 1699-1708. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33972019> . Acesso em 17/06/22.

SANTOS, Ivone Laurentino dos. Igualdade, equidade e justiça na saúde   luz da bioética. **Revista Bioética** [online]. 2020, v. 28, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422020282384>. Acesso em: 17/05/22.

PROMO O



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt>.  
Acesso em: 01/05/23.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>.  
Acesso em: 28/04/23.

## PROMOÇÃO



## APOIO

